



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. 1 | maio.-out. 2018

p. 161-191.

Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!

Megg Rayara Gomes de Oliveira¹

RESUMO: Neste artigo, extraído da minha tese de doutorado, analiso as experiências de gays afeminados, viados e bichas pretas na escola, procurando identificar os elementos que incidem nos processos de subjetivação das experiências negras que fogem à norma cis heterossexual. Utilizei a metodologia das (auto)biografias proposta pelo pesquisador Marcio Caetano (2016), por estas se constituírem como fragmentos que apresentam a vida com base em diversos pontos de vista dos sujeitos. O conceito de interseccionalidade desenvolvido pela jurista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw possibilitou o revezamento entre diversas áreas do conhecimento, como os estudos das relações étnico-raciais, os estudos de gênero e diversidade sexual e os estudos feministas. Sendo assim, este trabalho se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica que preparou o terreno para colocar em ação o método (auto)biográfico. Quatro professores em atividade em escolas públicas no Paraná e no Rio de Janeiro, que escapam às práticas da cis heterossexualidade normativa e da branquidade hegemônica, são os personagens desta pesquisa. Através de suas narrativas foi possível pautar o vocábulo “preto/a” como categoria de análise e não como simples adjetivo, bem como as categorias gay afeminado, viado e bicha. Nenhuma categoria aqui debatida foi tratada como algo estático, fixo, cristalizado, numa oposição declarada às visões essencialistas que generalizam existências desconsiderando os múltiplos processos que as envolvem.

PALAVRAS-CHAVE: bicha; escola; preto/a; racismo; homofobia.

Abstract: In this article, extracted from my doctoral thesis, I analyze the experiences of effeminate gays, fagots and black rogues in the school, trying to identify the elements that affect the processes of subjectivation of the black experiences that escape the cis heterosexual norm. I used the methodology of the (auto) biographies proposed by the researcher Marcio Caetano (2016), because these are constituted as fragments that present life based on different points of view of the subjects. The concept of intersectionality developed by the american black jurist Kimberlé Crenshaw made possible the relay between several areas of knowledge, such as studies of ethnic-racial relations, studies of gender and sexual diversity, and feminist studies. Thus, this work is characterized by a bibliographical research that prepared the ground to put into action the (auto) biographical method. Four teachers working in public schools in Paraná and Rio de Janeiro, who escape the practices of cis normative heterosexuality and hegemonic whiteness, are the characters of this research. Through his narratives it was possible to refer to the term "black / a" as a category of analysis and not as a simple adjective, as well as the gay, effeminate, gay and queer categories. No category discussed here was treated as static, fixed, crystallized, in a declared opposition to essentialist visions that generalize existences disregarding the multiple processes that involve them.

Keywords: fagot; school; black; racism; homophobia.

¹ Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná, especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti e especialista em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná. E-mail: marclive93@gmail.com

Recebido em 28/02/18

Aceito em 26/03/18

Resumén: En este artículo, extraído de mi tesis de doctorado, analizo las experiencias de gays afeminados, maricas y colas negras en la escuela, buscando identificar los elementos que inciden en los procesos de subjetivación de las experiencias negras que escapan a la norma cis heterosexual. Utilizo la metodología de las (auto)biografías propuesta por el investigador Marcio Caetano (2016), porque estas se constituyen como fragmentos que presentan la vida con base en diversos puntos de vista de los sujetos. El concepto de interseccionalidad desarrollado por la jurista negra estadounidense Kimberlé Crenshaw posibilitó el relevo entre diversas áreas del conocimiento, como los estudios de las relaciones étnico-raciales, los estudios de género y diversidad sexual y los estudios feministas. Siendo así, este trabajo se caracteriza por una investigación bibliográfica que preparó el terreno para poner en acción el método (auto)biográfico. Cuatro profesores en actividad en escuelas públicas en Paraná y Río de Janeiro, que escapan a las prácticas de la heterosexualidad normativa y de la branquidad hegemónica, son los personajes de esta investigación. A través de sus narrativas fue posible pautar el vocablo "negro/a" como categoría de análisis y no como simple adjetivo, así como las categorías gay afeminado, marica y cola. Ninguna categoría aquí debatida fue tratada como algo estático, fijo, cristalizado, en una oposición declarada a las visiones esencialistas que generalizan existencias desconsiderando los múltiples procesos que las envuelven.

Palabras clave: bicha; escuela; negro/a; racismo; homofobia



Introdução

A bicha nasce do discurso.

Antes mesmo de adquirirmos consciência do potencial repressivo que esse termo tenta impor, ele é lançado como um torpedo que tenta um aniquilamento. Um grito que ecoa do outro lado da rua ou no pátio da escola, um desenho tosco na parede de um banheiro público, uma pregação religiosa: Bicha!

Quando se nomeia a bicha, “opera-se uma invocação, como um ritual no qual o que é tido apenas como espírito toma um lugar no chão concreto da experiência” (ZAMBONI, 2016, p. 67)².

A bicha também evoca um não lugar, mesmo que ela seja nomeada por alguém com muitas semelhanças – idade, raça, classe, cheiro, modo de falar, religião –, mas que se apoia nas normas cis heterossexuais para se impor, demarcar o centro e promover a margem como único espaço possível.

Ser chamada de bicha na infância, principalmente na escola, exigia uma tomada de posição. O silêncio, o pouco caso diante de tal provocação redundava em reprovação.

– Por que você não reage quando te chamam de bicha?

A pergunta indignada de um garoto que era quase um espelho, mas que tinha a seu favor a cis heterossexualidade que o colocava em um lugar de privilégio.

–Eu não ligo! O que é que tem? Perguntei protegendo meus olhos do sol com a mão direita para poder olhar na cara do meu inquiridor. O plano mais baixo, de cócoras, me colocava em situação de desvantagem, enquanto o garoto em pé diante de mim tomava a forma de um gigante.

– Você sabe o que é bicha?

A pergunta seguida de uma explicação tentava me desnudar e a cada palavra que saía da boca daquele “bostinha” da 5ª série, com 10 ou 11 anos, com ares pastorais, em uniforme de educação física, revelava uma interação a respeito dos papéis sociais e sexuais que o termo trazia.

² Por defender uma educação não sexista, além de utilizar o gênero feminino e masculino para me referir às pessoas em geral, na primeira vez que há a citação de um/a autor/a, transcrevo seu nome completo para a identificação do sexo (gênero) e, conseqüentemente, para proporcionar maior visibilidade às pesquisadoras e estudiosas.



Não tardou para que a bicha dividisse a cena com o viado³, o fresco, a mariquinha, o macaco, o pudim de piche, o suco de pneu, para mostrar que raça e sexualidade se cruzavam para justificar uma vigilância frequente sobre meu corpo.

Numa rápida passada de olhos por trabalhos que versam sobre homossexualidades masculinas, uma infinidade de termos desenvolvidos, em sua ampla maioria por homens cis heterossexuais brancos, procuram convencer a sociedade de que a única prática sexual aceitável era e continua sendo a cis heterossexual.

Discursos religiosos, médicos e do direito ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da bicha para informar o quanto ela está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas.

Há, evidentemente, uma barreira de tempo e de intenções que separa o abominável, anormal, asqueroso, arrombado, arrombador, aberrante, assassino, arruaceiro, ameaçador, afetado, afrescalhado, aidético, afeminado, bagaxa, bajulador, barbie, beel, bibinha, biba, bicha, bicha bacana, bicha sucesso, bicha louca, bichona, bichola, bichola de merda, bichinha, bicha pão com ovo, bicha desnutrida, bicha escrota, bicha velha, bicha má, bicha quá quá, bichoso, bhesha, bee, boiola, baiotola, contrário a natureza, corruptor de jovens, cocudo, desmunhecado, doente da alma, demoníaco, diabólico, debochado, degenerado, devasso, desavergonhado, desviado, desenfreado, efeminado, encubado, entendido, escandaloso, extorquista, exibicionista, fanchono, fresco, fornicador, frutinha, galinha, gay, gayzinho, gayzão, gilete, homófilo, homem-mulher, impróprio, indecente, invertido, infamante, infame, imoral, ignoto, inapto, incorrigível, insolente, Joaninha do Rossio, louco, louca, libertino, libidinoso, macho-fêmea, monstro, maníaco, malandro, medonho, mariquinha, maricona, mulherzinha, mulher paciente, moçoila, mona, morde fronha, mão quebrada, necrófilo, Neusa, ninfomaníaco, onanista, panqueca, pederasta, perigoso, pecador, pecador nefando, praticante da sujidade, pelintra, perturbador da ordem moral e da ordem pública, prevaricador, pelotudo, pintoso, pintosa, putinha, queima-rosca, rotos, safados, saturnianos, sodomitas, sem vergonha, santa, satírico, tia, transviado, traidor da pátria, rapaz alegre, urso, uranista, vadio, viado, viadinho, viadão, violentador de homens e viciado.

Da mesma forma que aberração da natureza, almofadinha, baba fronha, balde, bagaceira, bambi, Bernardinho, botão de camisa velha, boneca, bundeiro, chabi, chibungo, cicatriz na nuca,

³ Optei em grafar ao longo deste trabalho o termo “viado” e não “veado” por ser assim utilizado pelas pessoas quando se referem, de forma depreciativa, aos homossexuais masculinos, especialmente aos mais afeminados.



cona, cu de galinha, choclo, culero, escória da sociedade, essa coca é fanta, fanta uva, frango, flip, gaúcho, grupo de risco, lobisomem, Maria flor, menino dama, pit bicha, papa merda, pula-pocinha, puto, putim, proscrito, qualira, ré no quibe, seu piru, tarado da linguíça, travesgay e transvertido são separados por regionalismos no Brasil, mas que falam do gay afeminado, do viado e da bicha em vários estados, mais especificamente Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Mato Grosso do Sul, que chegaram a mim através de amigos e amigas do Facebook, heterossexuais, lésbicas, bichas e travestis, brancos/as e negros/as, que narraram situações em que foram chamados/as ou ouviam pessoas serem chamadas.

O que esses termos dizem é que o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do sexo e do gênero masculino não é humano, não é honesto e, por isso, seus sujeitos não podem ser o centro e a margem, o lado de fora é sim um lugar. O lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade, etc.

Sexualidade descontrolada também define a bicha e coloca todos os homens heterossexuais, todos, indistintamente, como possíveis parceiros sexuais: bichas e viados não têm critérios de escolha!

E é justamente sobre a bicha e os múltiplos discursos que a tomam como protagonista que vou me debruçar nesse trabalho. Um protagonismo que a coloca como suspeita, uma eterna coadjuvante, “produto de uma sociedade hierárquica, que divide-se em passivos e ativos sexuais, referente ao feminino dominado pelo masculino” (ZAMBONI, 2016, p. 18), bem como dividida entre brancos e pretos, onde o primeiro se coloca como dominante em relação ao segundo.

Em muitas situações, a bicha é nominada de formas variadas: é o gay afeminado, o viado, o baitola, o boiola, o fresco. Mas ainda assim, é dela, da bicha que está se falando.

A bicha do tempo presente, adulta e consciente do seu papel social, não veio pronta para o mundo. Assim como eu, vivenciou uma infância, que acredito estava na mira dos discursos normalizadores e normatizadores. Se essa infância além de bicha é preta, os discursos normalizadores e normatizadores, são potencializados.

Esses discursos são localizados em diversos espaços, como a escola, por exemplo, onde concentro minha atenção, por ser professora e também por ter vivenciado nesse espaço variadas formas de interdições.



Assim, para discutir a infância bicha e preta, recorro a (auto)biografias de quatro professores, por se constituírem como fragmentos que apresentam a vida com base em diversos pontos de vista dos sujeitos (CAETANO, 2016).

As (auto)biografias dão conta de processos de criação e recriação de tramas e dramas de sociabilidades e da construção das múltiplas identificações e identidades, individuais e coletivas. Assim, opto pela metodologia proposta por Marcelo Caetano (2016, p. 33) por considerá-la “adequada para articular as dimensões individuais aos fenômenos de caráter mais amplo”. Nessa dinâmica:

a trajetória de vida vai para além do sujeito central que conduz a narrativa (auto)biográfica. Ao focar o sujeito que é narrado, dimensiona-se tal sujeito em um contexto mais amplo. Se entendermos que a constituição de identidade é relacional, as biografias dos sujeitos poderão ser conectadas/comparadas com as narrações de outras histórias de vida, numa dinâmica que supõe ir além da sucessão cronológica individual ou da constituição de trajetória de vida. (CAETANO, 2016, p. 33).

Adotar a trajetória de vida aliada à perspectiva cultural, pós-estruturalista, com os estudos feministas, de relações étnico-raciais e de gênero, bem como com o conceito de interseccionalidade proposto pela jurista negra estadunidense Kimberlé Krenshaw (2002), possibilita “compreender as narrativas como resultado de práticas cotidianas as quais, por sua vez, podem ser vistas como históricas e denunciam as regras que as governaram e as produziram” (CAETANO, 2016, p. 33).

Ainda é possível encontrar nas narrativas do passado mais que as justificativas e os sentidos que os sujeitos atribuem para as configurações do presente. Para quem investiga, interpretam-se as leituras que esses sujeitos fizeram dos caminhos e das relações estabelecidas para chegar às suas configurações do presente (CAETANO, 2016). A narrativa (auto)biográfica como metodologia de trabalho:

toma o discurso sobre o sujeito como o centro de interesse e fundamenta outra perspectiva do fazer ciência. Ela propõe que, por intermédio de relatos particulares, outras dimensões mais amplas sejam articuladas para o entendimento dos fenômenos sociais e, por conseguinte, pensadas suas sequelas nas trajetórias dos sujeitos. Levando em consideração que nas narrativas, como nas memórias, o passado se reconstrói discursivamente de maneira não linear, com superposições de tempo, reflexões e espontaneidade, o que retorna não é o passado em si, mas a (re)leitura das imagens e experiências armazenadas na memória estimuladas em um determinado presente e sob certas circunstâncias. Em outras palavras, não é o passado linear que se reconstitui na narrativa, e sim tudo aquilo que foi privilegiado na experiência que marcou nossos corpos e auxilia na forma como nos colocamos no mundo hoje. (CAETANO, 2016, p. 34-35).



As experiências individuais, do gay afeminado, do viado e da bicha preta, preservadas na memória podem ser o resultado de reflexões atualizadas por vivências de hoje, mas também podem disparar mecanismos de controle dos atos do presente.

1. Pelas frestas da história: cadê você bichinha?

Seguir os passos da bicha não é uma tarefa das mais simples. Exige um caminhar titubeante pelas bordas e um mergulho por frestas escuras onde é constantemente alocada. O trajeto de uma bicha não é feito em linha reta, e tão pouco por terrenos planos: é um ziguezague constante por terrenos acidentados.

Quando a bicha é identificada, via de regra, é comprimida entre uma multiplicidade de sujeitos que a invisibiliza e a silencia: “Não que a bicha desapareça por completo, mas ela é sistematicamente atacada, por meio de variadas estratégias, tendo em vista sua eliminação cultural” (ZAMBONI, 2016, p. 17).

No entanto, ela se faz presente nas frestas da história, denominada de maneiras variadas, mas ainda é ela, a bicha. Assim, os sinais de sua existência vão sendo revelados e um lugar na história que lhe foi tirado começa a ser timidamente construído.

Como acontece com o termo “homossexual”, em que a prática antecede a emergência do sujeito, a palavra “bicha” será inventada no século XX, ainda que seus vestígios sejam localizados muito antes.

James Green (1951-2016), antropólogo estadunidense radicado no Brasil na década de 1970, tentou definir a bicha como homens efeminados que mantêm relações sexuais com outros homens (2003) e seguiu seus passinhos delicados nos passeios e praças da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX.

No Largo do Rossio, hoje praça Tiradentes, protegida por árvores e/ou acomodada em bancos no estilo *Belle Époque*, encontrava-se a Joanhina do Rossio, o fresco, o viado, homem com traços finos, vestuário refinado e gestualidade delicada (GREEN, 2000).



Esses homens com atributos físicos e comportamentos associados ao feminino eram também chamados de putos por se acreditar que frequentavam esses espaços a procura de uma relação sexual furtiva com outros homens (SOLIVA, 2012).

Os frescos, putos, viados e as Joaninhas do Rossio são os precursores da bicha que invade o pensamento de juristas e médicos brasileiros no final do século XIX e início do século XX.

Para que haja um sujeito é preciso, antes de tudo, um lugar para justificar sua existência e aí reside uma questão.

A territorialidade da bicha (in)define-se como deslocamento ou incômodo. O território não se deixa delimitar, sua extensão é sempre imprecisa e variante, tendente à expansão em múltiplas conexões (ZAMBONI, 2016, p. 79).

GREEN (2003) montou campana para espreitar a bicha, procurou um corpo, uma forma e alertou para o fato de que ela, mesmo entre os gays, é tida como natural, não como uma construção social.

Para fazer frente a essa visão reducionista, o antropólogo GREEN (2000), como sugere Gilles Deleuze, fez um revezamento com áreas diversas do conhecimento. A bicha como discurso começa a ser esquadrinhada.

A palavra “bicha” sugere uma adaptação da palavra francesa “biche”, que significa corsa, feminino do veado. Embora, essa adaptação possa ser tratada como fato, é melhor desconfiar, dada a multiplicidade de sentidos que o termo tem no Brasil, como parasita intestinal, verme, sanguessuga.

Em suas buscas pela origem do termo “bicha”, GREEN (2003) se deparou com o trabalho do médico brasileiro Edmur de Aguiar Whitaker publicado em São Paulo, em 1939, em que se propunha a descrever as atividades sociais, costumes, hábitos e gírias dos homossexuais masculinos da capital paulista.

A bicha emerge no discurso de WHITAKER (1939) como pederasta passivo.

A bicha de WHITAKER (1939) não era fixa, não era homogênea e estava longe da imagem ainda corrente que tenta depreciá-la.



Bicha sucesso, explica WHITAKER, era o pederasta passivo que levava uma boa vida e bicha bacana era o pederasta passivo com uma boa conta bancária (GREEN, 2003).

Pederasta passivo foi traduzido por GREEN (2003) como um homem afeminado. O passivo é feminino, logo a bicha também o é. A feminilização é imediata, colocada como critério para embichalhar alguém.

Peter Fry e Edward MacRae (1985) discutem a associação entre papéis sexuais e sociais.

O passivo dá, abre as pernas, é subjugado. O ativo come, fica por cima, domina. Assim, nessa lógica, onde os papéis sexuais definem o papel social, a bicha só pode ser feminina. O feminino é sempre menor.

Sendo passiva ou não, para ser bicha, concluem FRY e MACRAE (1985), não basta manter relações homossexuais, mas é necessário ser afeminado.

A bicha tende a ser feminina também porque biche, além de corsa, faz referência a uma jovem mulher, isso na França (GREEN, 2000).

As informações reunidas por GREEN (2000) colocam a bicha como um sujeito da ação. Seria ela que se autoclassificava fazendo frente ao achincalhe que o termo “viado” representava. Ser bicha era sucesso, era bacana.

Ser bicha, no início do século XX, era dialogar com a cultura francesa. Como explica GREEN (2000, p. 146), “uma gíria adornada com sofisticação europeia”.

O feminino tomado por empréstimo, mais que papéis sociais, definia a bicha em termos sexuais (FRY, MACRAE, 1985; GREEN, 2003; SOLIVA, 2012). Era a fêmea sedutora que decidia sobre o corpo do macho. Era também a possibilidade de expressar uma feminilidade, no plano concreto ou imaginário, próximo dos padrões de beleza das jovens mulheres francesas. Além de tudo, as reflexões de GREEN (2003) apontam para o fato de que ser bicha naquele momento era fazer parte de uma classe social com poder aquisitivo mais alto do que a maioria da população.

No entanto, não só o termo “bicha”, mas o próprio sujeito estava restrito a ambientes privados, com trânsito relativamente reduzido.



2. Uiuui: tem bicha preta também!

Na minha infância, no interior do Paraná, em uma cidade quase nada industrializada, com apenas uma rádio AM em funcionamento e com poucas casas abastecidas por energia elétrica, a imagem da bicha já circulava. Não era a mesma, mas trazia alguns sinais encontrados por WHITAKER (1939) em São Paulo, por FRY e MACRAE (1985) e Green (2000, 2003) no Rio de Janeiro e por Jocélio Teles dos Santos (1997) em Salvador. Como ela chegou à minha cidade e aos meus ouvidos não importa, mas chegou. A bicha é uma viajante que habita o imaginário das pessoas: “é um ponto de ruptura no decorrer da história, não sendo nem princípio nem conclusão de qualquer história” (ZAMBONI, 2016, p. 14).

Pelo discurso, é má e se espalha pelo país, de cabo a rabo, como erva daninha. O poder que emerge das normas cis heterossexuais tenta, sem sucesso, sua eliminação.

A estratégia hegemônica de poder, apoiada inclusive no discurso da boa homossexualidade, se propõe a “estrangular o grito da bicha, para engavetá-la a sete chaves e exterminá-la como praga indesejada” (ZAMBONI, 2016, p. 12).

Ao ser nomeada como bicha, tentaram me eliminar ainda criança. Não apenas meus trejeitos afeminados precisavam ser controlados, mas também os papéis sexuais que supostamente eu viria a desempenhar. Ser bicha era um problema para quem estava próximo. Ser bicha e preta era um problema ainda maior.

A negritude, talvez, por um milagre quem sabe, pudesse acabar com a bicha, já que a negritude se constitui através da normalização do negro cis heterossexual (LIMA; CERQUEIRA, 2007).

O termo “negro”, propositadamente ou não, se constrói de uma maneira a confirmar existências cis heteronormatizadas, similar ao vocábulo “homossexual”, e seu uso, na maioria das vezes, propõe a normatização do sujeito ao qual se refere.

Como adjetivo, o termo “preto” encerra uma qualificação “a cor do objeto”, enquanto o termo “negro” nos parece designar o próprio sujeito. “Em ambos os casos preto aparece como sinônimo de pessoa de pele escura e ao mesmo tempo, cor, escuridão, ausência de luz” (ROCHA, 2010, p. 900).



A adjetivação atribuída ao termo “preto” acena para um lugar que questiona as normas, as regras, a higienização cis heteronormatizante. Por isso, surge como uma possibilidade concreta para se referir aos corpos dos gays afeminados, dos viados e das bichas. Assim, adoto os termos “preta” e “preto” por identificar neles a possibilidade de discutir existências que questionam de maneira recorrente tanto a branquidade quanto a cis heteronormatividade hegemônicas.

Afirmo, assim, que a bicha preta não dialoga com a *biche* de origem francesa e burguesa. Seus sinais estão assinalados no regime escravista. É ali que ela brota. Ao contrário da bicha branca burguesa, a bicha preta sai às ruas e desafia não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo.

Nos idos do século XVI, em 1591, na cidade de Salvador, Bahia, encontro nas pegadas de Francisco Manicongo⁴ (MOTT, 2003) os vestígios de uma existência a que WHITAKER (1939) em São Paulo, FRY e MACRAE (1985) e GREEN (2000, 2003) no Rio de Janeiro chamaram de bicha.

Francisco (Xica) Manicongo era um sapateiro preto que desafiava as normas de gênero e borrava as fronteiras daquilo que era tido como feminino e masculino e saía às ruas com um pano cingido ao corpo para mostrar aos outros negros que servia de “mulher paciente” (MOTT, 2003).

Tal afronta lhe rendeu uma denúncia aos tribunais do Santo Ofício, pois a transgressão do vestir-se como o sexo oposto encontrava apoio na bíblia em Deuteronômio 22:5 que diz: “A mulher não se vestirá de homem nem o homem se vestirá de mulher, porque aquele que tal faz é abominável diante de Deus” (SANTOS, 1997, p. 154).

No século XIX, entre os anos de 1860 e 1870, era significativa a presença de pretos que se travestiam pelas ruas de Salvador.

Yaya Mariquinhas, um(a) vadio(a) preto(a) era exemplo da ofensa permanente à moralidade pública por usar trajes de mulher (SANTOS, 1997). Transparece na história de Yaya Mariquinhas:

a imbricação de duas marginalizações sociais – o travestismo e a condição de vadio – que estavam a dessacralizar as relações de poder na sociedade de antanho. Assim como o travestismo era uma prática social incompatível com o estabelecimento de padrões e normas sexuais, ser vadio significava, como

⁴ Também conhecida como Xica Manicongo é considerada a “primeira escrava travesti (nascida Francisco Manicongo), que consta nos registros do Santo Ofício no Século XVI. Nestes mesmos registros, encontra-se a confusão que ela causava naqueles que a viam com vestes femininas, como se mulher fosse” VIEIRA, 2017).



bem observa Walter F. Filho (1986, p. 94), situar-se fora da ordem estabelecida pois violava o ideal patriarcal (SANTOS, 1997, p. 164).

Além do mais, Yayá Mariquinhas reivindicava um tratamento no feminino, questionando de maneira escancarada a fixidez dos gêneros, desafiando a relação entre sexo biológico e gênero.

A bicha do século XVI, localizada por MOTT (2005), a mulher paciente, e do século XIX, localizada por Santos (1997), chamada de incorrigível, afeminado, desenfreado ou homem-mulher no estado da Bahia, estava presente nos tribunais do Santo Ofício, nos autos policiais e nas páginas dos jornais, possibilitando suas localizações.

Afirmo, então, que a existência da bicha preta se anuncia no espaço público, nas ruas, nos bares, nos portos, nas praças, nos bordéis, por estar atrelada à exigência de extrair o sustento do próprio trabalho.

O sapateiro Francisco (Xica) Manicongo e o/a vadio/a Yayá Mariquinhas vão dando dicas de que as bichas pretas transitavam pelos espaços públicos mesmo correndo o risco de serem presas e/ou denunciadas aos tribunais do Santo Ofício. Suas existências são atravessadas por questões socioeconômicas e raciais que as colocam em evidência.

Antes mesmo das bichas brancas encontradas por WHITAKER (1939), FRY e MACRAE (1985) e GREEN (2000, 2003), as bichas pretas circulavam e abriam caminho. A mais famosa delas, Madame Satã (1900-1976), conviveu com outras bichas pretas que escreveram seus nomes na história pelas margens, através dos registros policiais.

Cintura Fina (1921-?) e Tomba Homem (1935-2016), ambas radicadas em Belo Horizonte, dividiram parte de suas existências com Madame Satã no Rio de Janeiro, na prostituição, na malandragem e no sistema prisional.

Madame Satã é a mais conhecida, a mais famosa das bichas pretas, justamente por viver numa época em que a existência bicha nos espaços públicos era interpretada como provocação. Tornou-se, assim, visível, muito visível, especialmente para a polícia.

Feminina quando queria, violenta quando necessário, em sua existência conjugam-se o malandro e a bicha em um corpo só (ZAMBONI, 2016).



Madame Satã, assim como as bichas pretas que vão desfilar por este trabalho daqui por diante, tem uma existência que não trata da margem apenas, mas de um risco que se atravessa. É uma transversal que perpassa o jogo centro e periferia, rasgando-o. As várias linhas que se cruzam tecem uma superfície composta por múltiplos pontos, singularidades de uma bicha (ZAMBONI, 2016), às vezes sozinha, às vezes em grupo.

3. Bicha criança: não, eu não vou contar pra minha mãe!

As bichas presentes nos vários trabalhos em que debruço meus belos e pretos braços para fazer esta pesquisa são sempre adultas. Não tiveram infância: infância não é coisa de bicha nem de preto/a!

A bicha está sempre atrelada, querendo ou não, ao ato sexual. Ela não é outra coisa senão uma trepada. Ser bicha é vir pronta para o mundo, saltando da barriga da mãe para o centro dos múltiplos discursos que a inventam.

E se uma bicha tivesse infância, como seria?

As infâncias ao serem classificadas são enquadradas “à conceitos que a determinam como uma infância normal ou anormal. Disso advém uma contradição, ou seja, esta normalidade tem a norma como medida comum e que deverá ser seguida por todos” (DORNELES, 2010).

Os padrões de normalidade tomam como modelo a “infância universal” (DORNELES, 2010) e que deve servir de modelo para todas as outras. À medida que se afasta desse modelo – branco, cis heterossexual, magro, sem problemas de saúde física e mental e de classe média –, a criança passa por um processo em que é vista como representante de uma “infância perigosa” (RAMIREZ; MARÍN-DÍAZ, 2007) por colocar as infâncias universais em risco.

Entre as infâncias perigosas, DORNELES (2010) aponta aquela que está fora de casa, que acessa os materiais a serem consumidos via contravenção, que sobrevive e vive apesar dos riscos de seu cotidiano. Sobrevive nos bueiros e esgotos da vida urbana, mora embaixo de viadutos, pontes ou marquises de prédios.

As infâncias perigosas não têm cores, raças, orientações sexuais ou identidades de gênero. Têm apenas classe social, que é tomada como o marcador mais importante para estabelecer a aproximação ou o afastamento da “infância universal”.



O potencial “bélico” (RAMIREZ; MARÍN-DÍAZ, 2007) presente nos trejeitos de gayzinhos afeminados, de viadinhos e de bichinhas os afasta da infância universal, talvez por isso suas existências não mereçam a devida atenção nos estudos sobre crianças.

De modo geral, as infâncias são tratadas como assexuadas ou como cis heterossexuais, contribuindo para a ausência de estudos que discutam as “sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1999) nessa fase da vida.

Eu fui uma criança bicha, portadora de uma “sexualidade disparatada” (FOUCAULT, 1999), embora só tenha desenvolvido essa consciência na idade adulta. Brincava na rua, no quintal, subia em árvores, tomava banho de rio e corria maravilhosa por todos os lugares que me permitiam com uma toalha de banho amarrada na cabeça imitando uma peruca.

Cabelos longos, ainda que na forma de uma toalha de banho, bastavam para acessar uma conduta que eu considerava feminina e questionar, de maneira meramente intuitiva, que um genital masculino não assegurava a existência plena de um macho.

Minha trajetória pessoal se cruza com as narrativas dos meus entrevistados, já que os caminhos que uma bicha percorre, mesmo que num plano simbólico, se interseccionam com os de outras. Experiências individuais tornam-se coletivas quando encontram eco na experiência de outras. Não se trata de homogeneizar existências.

As dinâmicas sociais nos colocam diante de sujeitos facetados, com biografias que não obedecem necessariamente às expectativas sociais e com inúmeras rupturas identitárias (CAETANO, 2016).

O pertencimento afeminado, viado, bicha, ou outro que coloque a cis heteronormatividade sob suspeita, pode ser o laço de fita que une a todas, mas ainda assim “como seres singulares e únicos no interior da sociedade” (CAETANO, 2016, p. 64).

Meus entrevistados, então, ora gay afeminado, ora viado, ora bicha, às vezes pretos, às vezes negros, contribuem para problematizar a experiência escolar de sujeitos que escapam às normas cis heterossexuais e dão dicas da existência de uma infância bicha.

Rogélio Gonçalves, professor de artes há 10 anos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR, se reconhece como gay, mas admite que convive com outros termos, como



viado e bicha, e diante de situações em que foi alvo de insinuações maldosas adotou posturas de enfrentamento:

Eu acho que eu fiz isso todas as vezes que as pessoas faziam chacota pelas costas, quando eu não era assumido ainda, e eu comecei a me posicionar positivamente mostrando que o ser gay, que o ser bicha, que o ser viado, só é pejorativo quando você não conhece a pessoa, a sua índole. Porque assim: todo gay é mal, é estuprador de criancinha, todo gay é vagabundo, todo gay é aidético, é pegador. Ai todas as palavras que vem é gay, é viado, é bicha (Rogélio Gonçalves).

Rogélio Gonçalves mora em Curitiba, mas leciona na cidade de São José dos Pinhais, região metropolitana da capital paranaense. Passou a infância e adolescência em um distrito rural com pouco mais de 3 mil habitantes na região noroeste do Paraná, chamado Santa Elisa. Uma infância onde a bichinha emergia dos discursos de suas professoras quando tinha apenas 7 anos:

Lembro-me de muita coisa por conta da minha orientação sexual. Eu lembro que eu ficava numa creche até os 7 anos. Lá era diferente. Era uma cidade pequena, do interior. Tem cerca de três mil habitantes. Hã... E tinha até apelidos das tias da creche. Às escondidas, né? Elas eram muito maldosas. Elas já percebiam aquela coisa da sexualidade que pra elas era totalmente diferente. E como elas não sabiam como lidar, me davam apelidos. Então elas lidavam com apelidos (Rogélio Gonçalves).

Um silêncio incômodo interrompe a entrevista. Um mal-estar. Quero saber do apelido, mas deixo a critério dele responder ou não:

O mais cruel era 'CREUZINHA BABALU'. Creuzinha com 'r' mesmo. Elas falavam às escondidas e achavam que eu não ouvia. Mas eu sempre fui uma criança muito perspicaz! (Rogélio Gonçalves).

Talvez não fosse exatamente o menininho afeminado que preocupasse as professoras, mas o adulto que ele viria a ser. A crueldade, a interdição e o controle se dirigiam ao adulto projetado naquele corpinho preto que representava a concretude de uma bicha em construção.

Alinhando minhas reflexões com o pensamento de Giancarlo Cornejo (2011), pergunto: de que serve ser um menino se a infância é pensada como uma transição a um espaço e a um nome que parece inabitável para um menino afeminado, para uma bichinha, para a Creuzinha Babalu? Por que esse menino não podia ter outros futuros? O discurso das professoras de Rogélio expressam as normas heterossexistas de controle para eliminar a bicha identificada nos seus trejeitos.

Peço ajuda mais uma vez a CORNEJO (2011) e pergunto: por que uma guerra é declarada contra uma criança. Para responder a essa questão, recorro a Beatriz Preciado (2014), hoje Paul



Preciado, que explica que uma criança não tem autonomia sobre si mesma e “é sempre um corpo ao qual não se reconhece o direito de governar” (PRECIADO, 2014).

Um menino afeminado coloca em risco um projeto de futuro, um empreendimento fadado ao fracasso. O futuro que importa anunciado por uma criança só pode ser aceitável se corresponder à norma cis heterossexual branca.

PRECIADO (2014) se preocupa com as outras crianças. Aquelas que borram as fronteiras dos gêneros, a cis heterossexualidade e lançam dúvidas se vale a pena um investimento sobre elas. PRECIADO (2014), então, pergunta:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2014).

Essas crianças não deveriam existir e, por isso mesmo, precisam ser eliminadas rapidamente. Controlar seu gestual, seu vocabulário, suas vestimentas, seus atos, enfim, controlar o próprio sujeito é fundamental para assegurar um futuro sem gays afeminados, viados e bichas: “o berço de um menino mariquinha é a lápide de um menino heterossexual” (CORNEJO, 2011).

Uma criança não pode governar seu próprio corpo, mas é ensinada a governar os corpos dos gayzinhos afeminados, dos viadinhos e das bichinhas.

Tarciso Manfrenatti, nascido e criado na cidade do Rio de Janeiro, mestre em educação, professor de literatura pela Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro há quase 10 anos, fala da dificuldade de acionar um termo que o defina de uma forma constante. A convivência com outras pessoas interfere na formulação de uma autoimagem fixa, estática:

Quando me autodeclaro bi, bicha ou viado me sinto mais livre, mais eu. Mas, ao mesmo tempo, em certos momentos não me identifico como bicha ou viado, por me sentir oprimido e tal (Tarciso Manfrenatti).

A flexibilidade de uma autodefinição caracteriza o trajeto de uma existência bicha, que toma para si a liberdade de não se prender a uma classificação. Assim “a bicha foge às classificações, escapole pelas beiras” (ZAMBONI, 2016, p. 32).



Ser chamado de bicha é muito libertador. O título da minha dissertação de mestrado será uma fala que ouvi durante minha infância pela boca dos meus pais: ‘Você é um homem ou um rato?’ Durante algumas orientações, alguns professores me sugeriram mudar para: ‘Você é homem ou bicha?’ Por ser mais impactante ou por chamar mais atenção diretamente com relação à questão da sexualidade. Acho o termo ‘bicha’ muito libertador, expressivo e impactante. Uma vez vi um documentário chamado ‘Bichas’, achei sensacional, me identifiquei muito com o termo, apesar dele não ser familiar do meu meio, pois, ao contrário, sempre cresci ouvindo o termo: ‘viadinho’ (Tarciso Manfrenatti)⁵.

No caso de Tarciso, a formulação de uma autoimagem contou com a participação efetiva da comunidade escolar. Em 1993, quando estava na 3ª série do ensino fundamental, hoje 4º ano, ganhou seu primeiro apelido: Buba! À época, tinha apenas 9 anos de idade. Hoje, casado de papel passado com outro homem, se questiona:

– Como crianças com essa faixa de idade já podiam ser sádicas e cruéis umas com as outras com tanta naturalidade?

Narrando seus momentos de pânico na escola, fica visível que a homofobia que o atingia não era apenas consentida, mas, acima de tudo, estimulada (JUNQUEIRA, 2009).

Em 1993, era transmitida pela Rede Globo de televisão, a novela *Renascer*, de Benedito Ruy Barbosa. Confesso que o que mais me aterrorizava na novela era o ‘cramulhão’, um ‘*diabinho*’ que ficava guardado dentro de um relicário e que protegia o personagem principal da telenovela, José Inocêncio (Leonardo Vieira/Antônio Fagundes). No entanto, enquanto o ‘cramulhão’ me perseguia em meus sonhos, eu era perseguido pela personagem Buba, na vida real, na escola, pelos meus colegas. O personagem Buba, que mais tarde descobrimos que era Alcebíades, interpretado pela atriz Maria Luisa Mendonça, era hermafrodita⁶. Eu não sabia o que significava a palavra ‘hermafrodita’, mas eu era a Buba. Na hora da chamada, eu sempre ouvia: ‘Tarciso Buba!’ (Tarciso Manfrenatti).

A zombaria, o escárnio, o deboche, que decorrem da ideia de degradação ou degenerescência, são constitutivas da vida homossexual desde sua infância como conceito e, portanto, prática (ZAMBONI, 2016).

⁵ A entrevista com o professor Tarciso Manfrenatti foi feita por escrito, via e-mail, assim mantenho a ortografia proposta por ele, bem como os grifos e as aspas.

⁶ O termo “hermafrodita” vem da junção dos nomes de um deus e uma deusa gregos, Hermes e Afrodite. Hermes era o deus da sexualidade masculina (entre outras coisas) e Afrodite uma deusa da sexualidade feminina, amor e beleza. Embora esse termo ainda seja citado, ele vem sendo substituído pela maioria dos especialistas (pacientes e familiares) pelo termo “intersexual” (COSTA, 2016).



Se a crueldade dos colegas de sala deixava Tarciso em pânico, o que dizer dos professores que alimentavam o ódio homofóbico, promovendo a exclusão, o silenciamento, um medo constante de existir?

Mas não é qualquer homossexual. Não é qualquer homossexualidade que está na mira dos/as normatizadores/as de plantão. É aquela associada aos trejeitos, ao afeminamento, à bichisse, às masculinidades ditas periféricas.

Leonardo Camargo Soares da Cruz, bailarino e professor de artes em uma escola da SEED/PR em Curitiba pelo programa PIBID⁷, há cerca de dois anos se assume como bicha, como viado:

Eu acho que essa identidade ela é primeiro acionada na gente, né? Eu me considero, sou lido como gay, sou visto como bicha. E assumo isso porque desde sempre, desde a escola é como você é chamado, é como você é tratado: viadinho, bichinha, com teor pejorativo e com o tempo você vai modificando isso a seu favor e tal (Leonardo Camargo Soares da Cruz).

O processo de apropriação do termo “bicha” passa por um processo de empoderamento. Nasceu da necessidade de ocupar um espaço, demarcar um lugar que a chacota tentava negar. Assumir-se bicha foi a arma que Leonardo encontrou para neutralizar seus detratores:

Eu acho que o conceito de bicha tem esse peso, né? Pra heteronormatividade tentar perojativizar a pessoa a medida que ele vai marginalizando. Você não faz parte dessa normalidade então você já está a margem. E a tentativa de bicha é uma tentativa de desumanizar a pessoa porque bicho, bicha... e tratar no feminino já tem outra carga, tem esse peso do lance machista, de tratar no feminino, de feminilizar e a bicha tem uma outra coisa, que a bicha geralmente é afeminada e assumir essa feminilidade é muito importante pras bichas: estou afirmando isso. Eu sou desse jeito e me aceito. Você tem que me respeitar desse jeito. Feminina, de shortinho curtinho, de baton na rua, de salto alto na rua. É uma forma de impacto na normatividade. É importante e as vezes é um choque se deparar com a diferença. Um choque né? (Leonardo Camargo Soares da Cruz).

Leonardo nasceu na cidade de Goioerê, noroeste do estado do Paraná, mas passou a infância e adolescência na Comunidade Quilombola Paiol de Telha, localizada na cidade de Guarapuava, região centro-sul do estado a 230 km de Curitiba.

⁷ PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é anteciper o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais (BRASIL, 2016).



Leonardo conta que sua família, assim como os demais moradores do Quilombo Paiol de Telha, foi expulsa de suas terras, por isso nasceu fora da comunidade. Em 1998, depois de uma longa batalha judicial, toda a comunidade quilombola teve assegurada a reintegração de posse de suas terras e puderam voltar. Como não havia uma escola na comunidade quilombola onde vivia, Leonardo fez o ensino fundamental e médio em uma escola rural dentro de uma colônia de imigrantes alemães. Leonardo narra que suas primeiras interdições por ser bicha aconteceram muito cedo, no interior dessa escola:

Na infância tem esse lance dos meninos estarem no banheiro, estarem se pegando, descobrindo sua sexualidade, que eu não considero como algo ofensivo. E nessas brincadeiras uma vez eu estava na escola e minha tia⁸ foi chamada porque eu estava com os meninos de ‘amassa-amassa’ na escola. E eu nem sabia por que mas a minha tia estava lá. Estava todo mundo brincando e minha tia foi chamada na escola (Leonardo Camargo Soares da Cruz).

A distinção entre o normal e o patológico, o aceitável e o condenável, nem sempre está inscrita nos atos, mas nos corpos. Se o sujeito expressa atitudes viris, másculas, está livre do controle imposto aos meninos delicados, viadinhos, bichinhas ainda que estejam de “amassa-amassa” juntos!

A criança que as professoras de Leonardo queriam proteger é resultado de um dispositivo pedagógico terrível (PRECIADO, 2014), é o lugar onde se projetam todos os fantasmas e as justificativas que permitem que o adulto naturalize a norma.

A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A norma ronda os corpos meigos a fim de torná-los heterossexuais (PRECIADO, 2014).

Essa é a percepção de Rodrigo Pedro Casteleira, estudante de doutorado e professor de filosofia há 10 anos pela SEED/PR na cidade de Maringá, região noroeste do estado.

Rodrigo nasceu numa pequena cidade na região centro-norte do Paraná chamada Jandaia do Sul, mas passou a infância e adolescência em Mandaguari, uma cidade que fica a 320 km de Curitiba e que atualmente tem pouco mais de 35 mil habitantes.

Seguro do seu papel de sujeito que rasga as normas cis heterossexistas, não se preocupa em afirmar uma existência bicha. Transita sem problemas por uma multiplicidade de termos que podem defini-lo. Nenhum o fixa a um ponto, a uma existência no singular. Essa pluralidade é ímpar:

⁸ Ele se refere à sua tia que era professora na escola em que ele estudava.



Aí eu me reconheço como tudo: como viado, bicha, invertido, sodomita, pederasta, afeminado, afetado... As pessoas acham que isso vai me menosprezar: seu viado! Sim. Se alguém fala viadinho aí eu não gosto. Aí eu falo eu tenho 1,85 m. se vai falar alguma coisa: fale viadão! Viadinho não! Por favor! Se eu fosse um pouco mais baixo, viadinho, beleza! Mas é de viado pra viadão! Mas por que me reconhecer com essa categoria? Pra positivar o termo, não é? Essa coisa de falar que eu sou um homossexual reconhecido pela sociedade me dá uma ideia de higienização, sabe? Me dá uma ideia de transitar pelos espaços: olha lá é o Rodrigo ele é homossexual, mas é um bom professor. Não! Aquele é o Rodrigo viado que dá aulas para os nossos.... Sim, sou eu o viado, a bicha preta que dá aula pros seus filhos! Essa ideia de positivar o termo e mostrar a viadagem, a pretice dentro das licenciaturas. Nós somos poucos homens dentro do ensino médio, penso eu. Somos pouquíssimos e menos ainda viado e menos ainda bicha preta. Então a gente ali é uma fagulha, uma centelha que eu quero que as pessoas percebam. Por onde a gente passa, a gente vai trazendo outras discussões (Rodrigo Pedro Casteleira).

O termo “bicha” é uma navalha que abre passagem para as outras. Uma passagem estreita recusada pela maioria que prefere o ajuste. Mas sempre fica a certeza de que, se uma bicha passa por ali, outras podem passar. O termo “bicha”:

É revolucionário. Está ligado as questões identitárias, está ligado às questões econômicas, está ligado às questões políticas, está ligado às questões sanitárias, as políticas públicas.... Por que econômicas? Porque se acredita que bicha não consome, que bicha é noção mais anos 70, anos 80, não é? É o afetado, a desgraçada, é o periférico, é o submundo, é o sinônimo de doenças, é o que não existe, é o que não está, é o que não pode. Então quando a gente diz eu sou bicha, sou uma bicha preta, eu sou uma viada desgraçada é para mostrar assim: nós existimos, nós resistimos, nós insistimos. Uma educação viada, uma educação bicha, uma educação preta, uma educação não formal, no sentido verbo clássico, no sentido mais brando e branco possível, faz o que? Acabamos jogado para outros espaços. Que a gente só é lembrada enquanto bicha preta quando? Novembro. Mas daí a gente não é lembrada como bicha. A gente é lembrada como preta. Mas a bicha não! Daí a gente é o que? Estereotipada, estigmatizada, a gente é exotizada. Eu falo: não gente! Além de preta, para piorar a situação toda, não sei para você, mas pra mim, eu sou bicha e preta. A gente vai positivando esses termos. Esse termo é de muita potência! (bate com as costas de uma mão sobre a outra, com firmeza). Porque os outros alunos e alunas que não pertencem ao sistema de heteronormatividade acabam percebendo! Olha aquele é o professor viado, bicha preta, doutorando. A gente consegue também. Sim. Quanto mais pessoas conseguirmos trazer para a pretice, para a bichisse, para a viadagem toda, para positivar esses termos todos, melhor (Rodrigo Pedro Casteleira).

Foi em Mandaguari que Rodrigo tomou contato com a homofobia, sem saber exatamente por que:



As pessoas me reconheciam por algo que eu não sabia o que era. Na quarta série uma escola pequenininha ninguém falava nada. Quando eu fui para a quinta série, hoje o sexto ano, nossa! Foi horrível porque as crianças não são gentis, os adolescentes não são gentis. Não todas e todas, mas algumas pessoas são cruéis. Então me demarcavam com algo que eu ainda não tinha condições de saber o que era ainda. Eu não conhecia o que era viado ainda, eu não conhecia o que era gay... (Rodrigo Pedro Casteleira).

Antes mesmo de identificar-se como viado, bicha, invertido, sodomita, pederasta, afeminado, afetado, Rodrigo vivenciou situações de controle e de interdições, por meio de discursos, ideias, representações e práticas que definem e regulam o permitido, distinguindo o legítimo do ilegítimo, o dizível do indizível, delimitando, construindo e hierarquizando seus campos (JUNQUEIRA, 2014).

Ainda que não soubesse como se autotransclassificar a presença de Rodrigo na escola, servia de escora para sustentar a cis heterossexualidade daqueles que são tomados “como normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam” (LOURO, 2004, p. 27).

Rogélio Gonçalves, Tarciso Manfrenatti, Leonardo Camargo Soares da Cruz e Rodrigo Pedro Casteleira lembram o quanto seus corpos estavam sob a vigilância constante de colegas e de professores/as, ainda que não soubessem exatamente por que isso acontecia.

Antes de qualquer coisa, eles próprios eram discursos, estavam na mira de dispositivos que operavam de maneira similar, embora estivessem separados por quilômetros de distância. As bichinhas em gestação no interior do Paraná e na capital do Rio de Janeiro estavam sob vigilância constante, atingidas pelo discurso do dispositivo de sexualidade.

Suas identidades sexuais, construídas socialmente, eram utilizadas para manter a cis heterossexualidade como a norma e como a única normalidade, que fabrica formas de ser e estar no mundo, que conforma personalidades, que aprisiona pessoas em segredos, mentiras, isolamento, vergonhas e medos, que legitima violências, que reifica a desigualdade de gênero, que humilha e desqualifica, que se baseia em preconceitos e estereótipos, que estigmatiza. A heterossexualidade está a serviço do poder, do controle social da libido e dos corpos, tornando-os dóceis e manipuláveis (BUSIN, 2008).

Assim como aconteceu comigo, a norma cis heterossexual promoveu entre meus entrevistados situações de isolamento dentro da própria família. Além da dor dos insultos que



ouviam na escola, havia a sobreposição do medo de que a família os rejeitasse. Dentro de casa, com as pessoas mais próximas, a convivência era intensamente permeada pelo medo (BUSIN, 2008). “Eu tinha medo da reação do meu pai. Minha mãe já era falecida. Mas eu tinha muito medo da reação do meu pai. Foi por isso que eu escondi isso muito dele”, diz Rogélio Gonçalves.

Desde muito cedo, o gay afeminado, o viado e a bicha enfrentam sozinhos situações de violência, já que a “família dificilmente se constitui numa fonte de proteção e apoio em relação à hostilidade que homossexuais enfrentam em outros ambientes” (BUSIN, 2008, p. 59). “Sempre fui educado para ser um macho pegador. A ter várias namoradas e tal. Quando comecei a ‘vacilar’ meu pai quis me levar a uma casa de prostituição”, diz Tarciso Manfrenatti.

A orientação sexual homossexual de Tarciso foi patologizada por seu pai e a cura, o remédio, estava numa casa de prostituição. Quanto mais cedo o remédio fosse ministrado, maior sua eficiência.

O direito de existência plena de um garoto dentro de casa só pode ser assegurado caso sua cis heterossexualidade seja comprovada. Do contrário, essa existência estará sob vigilância constante, acompanhada diuturnamente pelo dispositivo de sexualidade.

Se a bichisse, o afeminamento, a viadagem, os trejeitos, colocavam essas crianças na mira de professores/as e colegas e da própria família, quando tal comportamento é observado em um corpinho preto a regulação é ainda maior.

4. Bicha criança e preta!

A criança negra carrega no corpo uma série de signos que a coloca em desvantagem. São marcas que a transformam em um alvo pronto a ser perfurado. A cor da pele, o tamanho do nariz e da boca e a textura do cabelo são indicativos de uma diferença que justifica situações frequentes de agressão, que desconsideram inclusive o fato de ser uma criança.

A infância de negros e negras é considerada naturalmente inferior, perigosa e indistinguível da vida dos adultos. As crianças negras não merecem a mesma presunção de inocência que as crianças brancas (PATTON, 2015).

Em 2014, o *Journal of Personality and Social Psychology* publicou um estudo racista sobre crianças negras associando “a maior utilização da força pela polícia contra crianças negras à



percepção generalizada de que, aos 10 anos, estas são menos inocentes do que as crianças de outras etnias” (PATTON, 2015).

Contraditoriamente, esse mesmo estudo utilizou os dados sobre educação nos EUA que confirmava que os/as estudantes negros têm mais chances de serem severamente castigados do que os/as estudantes não negros/as que cometam as mesmas infrações. Despojada de sua infância, a criança negra é apresentada como uma ameaça (PATTON, 2015).

Na virada do século XIX, a literatura pediátrica nos EUA se esforçava para provar que o desenvolvimento das crianças negras e brancas se dava de formas diferentes.

Para os pesquisadores brancos, continua PATTON (2015), o feto negro tinha um cérebro menor, nariz mais largo, lábios mais grossos, mãos e pés simiescos, o que os tornavam naturalmente inferiores e animais. Médicos e antropólogos brancos tentaram provar que os lóbulos frontais das pessoas negras fechavam durante a adolescência impedindo que seus cérebros continuassem a se desenvolver. Ao contrário, seus genitais se desenvolviam exageradamente, o que representava uma ameaça sexual para a comunidade branca:

Enquanto o ciclo de vida dos brancos inclui inocência, crescimento, civismo, responsabilidade e entrada na idade adulta, a negritude é caracterizada como a inversão de tudo isso. Por um lado, as crianças negras são apresentadas como adultas. Por outro, e de forma igualmente perversa, os adultos negros ficam fechados num limbo de infância, e são considerados irresponsáveis, malcriados, criminosos e inatamente inferiores (PATTON, 2015).

Como a infância das crianças negras no Brasil, em sua ampla maioria, passa obrigatoriamente pela escola, parte das questões discutidas por Stacey Patton (2015) são observadas no seu interior. A “adultização” da criança negra ocorre nesse espaço, caracterizada, principalmente, pelas inúmeras situações de violência.

A escola é um espaço marcado por imposições “uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, 1975, p. 142). O corpo está na mira dessa máquina que controla os padrões de comportamentos e estéticos, entre tantos outros.

O disciplinamento dos corpos toma como modelo a estética do corpo branco, exigindo dos/as estudantes negros/as uma constante negociação antes mesmo que tenham consciência do que está acontecendo:



Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada, e os argumentos para tal nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas. Existe, no interior do espaço escolar, uma determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos, nos discursos, nas relações pedagógicas, nos cartazes afixados nos murais da escola, nas relações professor/a e aluno/a e dos alunos/as entre si (Nilma Lino GOMES, 2000, p. 45).

Esse disciplinamento pode passar pela negação da própria negritude à medida que a brancura é colocada como um marco simbólico da boa educação, capaz de ser alcançada à custa de muito esforço.

O problema, então, não está em ser negro ou negra, mas como o grupo racial branco faz uso do racismo para se impor. O racismo adquire contornos disciplinares e impõe ajustamentos. Despertar o interesse pela brancura é operar na lógica do dispositivo.

O racismo se beneficia da dificuldade em ser identificado. Em muitos casos, impõe a segregação através da constituição de grupos entre iguais, sob a justificativa de afinidades.

Em suas lembranças, Rogélio Gonçalves não narra situações de racismo aparente, mas destaca que suas amizades eram com outras crianças negras.

As interdições seriam por conta de sua orientação sexual denunciada pelos seus trejeitos nada adequados para uma criança do sexo masculino:

Era mais pela questão sexual, até porque a maioria dos meus amigos, dos meus colegas eram negros também. Ou seja, tinha muitos negros e isso não influenciava muito ou quase nada numa cidadezinha do interior (Rogélio Gonçalves).

Um pouco mais adiante, ele revê sua afirmação e coloca em debate a possibilidade de ter sido vítima de racismo, mas que poderia ter sido camuflado pelos ataques homofóbicos mais facilmente identificados:

Embora eu não sofresse preconceito por parte das pessoas ou, de repente, eu não percebesse isso, porque eu tinha a questão sexual e a questão racial pra lidar. A sexual sempre foi mais forte. Mas [...] eu é [...] ouvia piadas ou coisas relacionadas a outros amigos e, de repente, aquilo fazia com que eu criasse uma barreira racial. E essa barreira racial, eu acho que ela só foi quebrada de verdade com minha aceitação como um todo: como negro, como gay, tal e tal... (Rogélio Gonçalves).



A consciência de que “o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo” (GOMES, 2000, p. 41) vai se construindo aos poucos, e não apenas a homofobia, mas o racismo também vai demarcando esse lugar.

Rogélio fala de um racismo indireto, sutil, dirigido a seus amigos negros em forma de piada, mas que respingava nele criando uma barreira racial.

O discurso social de tolerância, com várias ações pelo mundo, inibe a manifestação aberta do racismo. Porém, a conscientização das más consequências deste não é suficiente para acabar com ele. O racismo sutil se caracteriza por não ser direto e por não estar relacionado claramente com o conceito de raça (NUNES, 2014). Nesse caso, o racismo é apontado no outro, se dirige ao outro.

Leonardo Camargo Soares da Cruz, porém, percebeu mais cedo que os espaços escolares eram racialmente demarcados, talvez por estudar numa escola que funcionava dentro de uma colônia de imigrantes alemães. De maneira explícita, vivenciou situações de segregação, onde pertencimento racial e classe social se somavam:

tinha esse lance que na hora do recreio os alunos que iam de transporte escolar, que eram da fazenda, tudo ficavam num canto. As mesas de ping-pong, a quadra de esportes e tudo o mais, sempre os alunos que estavam ocupando esses espaços eram os da colônia, os alunos brancos. E isso depois, a gente ia ver que na hora do recreio a gente estava junto, na hora da entrada a gente sempre estava juntos. A gente sempre tinha esse grupo que era o nosso grupo, mas que não era o grupo geral. Isso se diferenciava, se separava entre alunos brancos e alunos negros (Leonardo Camargo Soares da Cruz).

Os espaços mais cobiçados na escola, na hora do recreio, eram ocupados pelos/as estudantes brancos/as, revelando desde muito cedo que a branquidade se construía num lugar de privilégio. Mesmo em grupos, os/as estudantes negros/as não se sentiam seguros/as para disputar as mesas de pingue-pongue ou a quadra de esportes e ficavam num “canto”:

As nossas realidades raciais se configuram assim. Esses dias eu estava vendo um filme que o cara falava que no Brasil é assim: ou é preto ou é branco. Sem matizes. Tipo assim: é uma outra coisa pra se pensar. Porque lá na comunidade a gente tinha muitas matizes de negritude e isso então não diminuía o peso de quando você olhava e você dizia: ou você é, ou você não é. Você é alemão ou você não é alemão. Ou você descende de alemão ou você não descende. E a branquitude tem essa coisa. O negro você fala é negro, é mulato, é moreno, nã, nã, nã,... mas todos esses são quilombolas: são os negros, né? E o branco não. É ruivo, é branco de cabelo preto, é tudo branco. Não tem essa distinção. Mas isso foi quando a gente chegou ali na colônia mesmo e essa relação de ver que eu não faço parte desse grupo: o grupo dos brancos. Eu faço parte de um outro grupo que é o grupo dos negros, porque socialmente tudo dizia isso.



A gente ia pra escola dos pretos e dos brasileiros. Eles iam para a escola dos alemães. A gente era atendido no posto de saúde do SUS⁹, dos pobres, dos pretos e dos brasileiros. Eles tinham um hospital próprio. A gente tinha COHAB¹⁰, a gente morava num assentamento do INCRA¹¹ e tinha mais esse lance dos sem terras, os invasores, quando nós estávamos reivindicando nossas terras dos invasores brancos. E a colônia tem leis próprias para dizer que em determinados espaços só pode construir com telhas de barro, por exemplo, que é para manter a cultura dos alemães. A gente não tinha ensino das línguas das nações indígenas, das etnias indígenas, mas tinha que estudar obrigatoriamente o alemão, embora no vestibular se fizesse o espanhol ou o inglês, mas tinha que estudar o alemão. E tudo isso dizia pra gente que a gente não fazia parte desse universo que era o universo branco, que era um universo negro. E também com a nossa adolescência, com muitos quilombolas, com muitos negros e muitos não negros também, quilombolas não negros também, ali pertencendo aquele espaço e vendo essa distinção que a gente começou a optar e dizer essa não é a história. Então montamos o grupo de dança, de teatro e tudo o mais (Leonardo Camargo Soares da Cruz).

Pretos/as e brancos/as vivenciam cotidianamente “uma realidade dupla e dialética: ao mesmo tempo que é natural, o corpo é também simbólico” (GOMES, 2000, p. 45). Os sentidos presentes nos corpos ditam os espaços. A segregação adquire ares naturais quando se dirige aos corpos pretos e bichas.

Se para Rogélio Gonçalves os problemas que enfrentava na escola estavam associados à sua sexualidade, para Rodrigo, algumas vezes, a perseguição que sofria estava associada ao fato de ser preto: “Porque a negritude não tem como disfarçar. Às vezes eu era mais perseguido por ser preto, do que por ser uma bicha”. O que Rodrigo diz é que a bicha pode adotar performatividades que neguem sua sexualidade discordante, ao menos em público, como estratégia. A cor da pele não.

Ainda que a pele preta demarque um pertencimento racial, ele pode ser negado, ao menos, no discurso. Essa negação não faz com que a pessoa em questão esteja imune ao racismo. Ao contrário: essa negação é o racismo gritando, dizendo que ser preto é ruim e que o bom mesmo é ser branco. É a epistemologia do armário (SEDGWICK, 2007) agindo sobre as pessoas negras. A falta de uma consciência racial não se dá num vazio, mas num quadro de racismo, de mitos que o negam, de uma imagem naturalizada e distorcida dos sujeitos (OLIVEIRA, 2006).

Tarciso Manfrenatti conta que teve seu pertencimento racial negro negado por sua família:

⁹ SUS – Sistema Único de Saúde

¹⁰ COHAB – Companhia de Habitação Popular

¹¹ INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Meus pais me ensinaram a me perceber moreninho ou pardo. Sempre me considerei pardo. Desde 2012, iniciei uma pós-graduação em relações étnico-raciais e desde então tenho me questionado mais a respeito do meu pertencimento racial, uma vez que meus pais e tios são ‘brancos dos olhos claros’, já eu, em contrapartida, tenho mais melanina. [...] quando cheguei no mestrado contei que escrevia diários e fui convidado a reler os meus escritos e descobri que tenho a natural facilidade em ‘camuflar’ o meu pertencimento racial (Tarciso Manfrenatti).

O discurso racista procura depreciar a negritude, atribuindo-lhe características negativas. Ao disfarçar as marcas de sua negritude, a pessoa negra é convencida a aproximar-se dos padrões estéticos brancos (OLIVEIRA, 2006). Não apenas os padrões estéticos brancos são acionados, mas os elementos constitutivos de uma cultura considerada “superior” também o são, operando como dispositivos de poder já que agem diretamente sobre os corpos.

O embranquecimento é um dos dispositivos acessados pelas sociedades racistas e opera dentro da lógica da obediência e preconiza a construção de uma sociedade homogênea que toma como modelo a branquidade. Quando se trata de infâncias cis heterossexuais, a branquidade permite que ela seja vivida de maneira mais intensa. O embranquecimento, então, passa a ser entendido como uma possibilidade de aumentar as chances de experimentar uma infância menos violenta, menos adultizada.

A sexualização de um corpo preto infantil é potencializada quando se tratam de gays afeminados, viados e bichas, reduzindo ainda mais um período que já é naturalmente curto. O controle se torna muito mais presente com a intenção deliberada de proteger aqueles que expressam existências ditas normais: brancas e cis heterossexuais.

5. Algumas considerações

O que esta pesquisa confirma é que, através da negação, a interseccionalidade se materializa. A homofobia é acionada como um elemento fundamental na constituição da negritude, assim como o racismo é peça-chave na construção de uma homossexualidade padrão, que procura negar a possibilidade de existências que escapam à normatização e normalização dos corpos.

No entanto, o controle não se efetiva plenamente e muitos corpos escapam e as ditas masculinidades periféricas reivindicam uma existência. A margem se torna pequena e o centro um desejo. A negritude como extensão da cis heterossexualidade e a branquidade como continuidade da homossexualidade são questionadas abertamente pelos gays afeminados, viados e bichas pretas.



Se as categorias gays afeminados, viados e bichas se mostram como possibilidades de enfrentamento ao processo higienizador da categoria homossexual, a categoria preto/a surge nesta pesquisa como alternativa para questionar a cis heteronormatividade presente na categoria negro/a.

Assim, ao longo desta pesquisa, surgiu uma questão que precisou ser respondida para que ela pudesse ter continuidade: quando a existência de um gay afeminado, de um viado e de uma bicha preta se efetiva?

O caráter essencialista presente nesses termos precisou ser problematizado, exigindo suas historicizações. Os sinais do gay afeminado, do viado e da bicha são encontrados no Brasil no século XVI na figura da “mulher paciente” (MOTT, 2005) e no século XIX na figura dos incorrigíveis, afeminados, desenfreados ou homens-mulheres (SANTOS, 1997), que circulavam pelas ruas de Salvador/BA, antes mesmo dos frescos, dos putos e das Joanelhas do Rossio, que ocupavam os parques e passeios do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX (GREEN, 2000).

Ao reclamar o direito de existir no espaço público, ainda que pelas bordas, a bicha preta foi a cortina de fumaça que permitiu o trânsito da bicha branca. Foi ela que permitiu que a bicha branca ampliasse sua área de atuação até ganhar definitivamente as ruas. Tal processo não se deu sem enfrentamentos, mas a história das bichas brancas não passa pelos registros policiais com a mesma intensidade.

O controle sobre as existências bichas ou existências anunciadas tem início muito cedo, antes mesmo de uma consciência ser construída. Os mecanismos de controle que incidem sobre um gay afeminado, viado e bicha preta adulta são observados durante suas infâncias com a intenção deliberada de assegurar a cis heteronormatividade branca como única existência possível.

Muitas vezes, esse controle é perceptível apenas para aqueles/as que estão na mira dos discursos e das ações normatizadoras. Os discursos podem ser dirigidos como mísseis teleguiados ou soltos no ar na expectativa que cheguem aos ouvidos de quem precisa ser atingido.

Não existem modelos que possam ser tomados como exemplos de mecanismos de controle que incidam da mesma maneira e com a mesma eficiência sobre todos os sujeitos. Mas a zombaria, o escárnio e o deboche que decorrem da ideia de degradação ou degenerescência



(ZAMBONI, 2016) são constitutivos das infâncias que escapam à branquidade e à cis heterossexualidade normativas.

As crianças que colocam a cis heteronormatividade branca em dúvida são impedidas de vivenciarem plenamente essa fase de suas vidas e se deparam com discursos e atitudes próprios do mundo adulto. A sexualização precoce de seus corpos, presente nos xingamentos e apelidos e nos discursos que procuram destacar o perigo que representam para as outras crianças, impede que suas infâncias sejam vividas plenamente.

A criança como dispositivo pedagógico que permite a naturalização da heterossexualidade (PRECIADO, 2014) autoriza o ataque sobre as infâncias que não estão alinhadas com as normas de sexualidade e de raça. Não há pudor em se tentar promover o apagamento de uma infância distintiva da cis heterossexualidade branca.

A estratégia para que um projeto de sexualidade nos moldes hegemônico se efetive também passa pelo silenciamento. Tratar todas as crianças como brancas e cis heterossexuais ou assexuadas se faz necessário, o que resulta na certeza de que gays afeminados, viados e bichas não tiveram infância.

É justamente sobre as infâncias que surgem as primeiras reflexões de meus entrevistados, que confirmam a certeza de que experimentavam, cada um à sua maneira, existências que não colocavam a heterossexualidade como um projeto de futuro.

O controle sobre suas sexualidades e sobre seus pertencimentos raciais partiam de vários lugares e era referendado pela escola através de discursos e ações que legitimavam a heterossexualidade e a branquidade como elementos que garantiriam uma existência no centro, indicando a margem como o lugar adequado para os gays afeminados, para os viados, para as bichas e para os/as pretos/as.

A margem, por mais estreita que possa parecer, adquire contornos de território e não é mais fixada no lugar proposto pelos dispositivos pedagógicos de que fala PRECIADO (2014). Assim, ao afirmar uma existência como gay afeminado, viado e/ou bicha preta, inclusive na infância, os limites entre centro e margem são borrados e a normalização e a normatização são questionadas abertamente. Ao tentar impor condutas e construir corpos inspirados nas existências padronizadas, os elementos constitutivos de uma infância universal perdem o sentido. A partir de discursos que objetivam o



controle, as infâncias contra hegemônicas são enunciadas, nominadas, classificadas, visibilizadas, dando pistas e pintas de que gays afeminados, viados e bichas pretas também foram crianças.

Referências

BUSIN, Valéria Melk. *Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAETANO, Marcio. *Performatividades reguladas: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris, 2016.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. *Nomes (im)próprios: registro civil, norma cisgênera e racionalidades do sistema judiciário*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. *Quereres*, UFSCar, 2011. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/cis/2011/04/a-guerra-declarada-contra-o-menino-afeminado>>. Acesso em 16 jul. 2011.

DORNELES, Leni Vieira. Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2010. *Anais...* Riode Janeiro, 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/2KGLLN3> >. Acesso em: 30 jan. 2017.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 201-221, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: MEC/Unesco, 2009, p. 13-51.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2000.

LIMA, Ari; CERQUEIRA, Felipe de Almeida. A identidade homossexual e negra em Alagoinhas. *Bagoas*, v. 1, n. 1, p. 269-286, jul./dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. *Revista Afro-Ásia*, n. 33, p. 9-33, 2005. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp9_33_Mott.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2011.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo contra negros: sutileza e persistência. *Revista Psicologia Política*, v. 14, n. 29, p. 101-121, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. *Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2006.



PATTON, Stacey. *Racismo americano*. Nos EUA, crianças negras são vistas como ameaças aos brancos. *Brasil 247*, 14 jan. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2jIrz1e>>. Acesso em 30 jan. 2017.

PRECIADO, Paul B. *Quem defende a criança queer?* Disponível em: <<http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>>. Acesso em 4 nov. 2014.

RAMIREZ, Carlos; MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. A infância como problema ou problemas da infância. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, n. 53, p. 107-126, 2007.

ROCHA, José Geraldo da. De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. In: CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS, 14., v. XIV, n.2, tomo 1. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Incorrigíveis, afeminados, desenfreiados: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, v. 40, n. 2, São Paulo, USP, p. 145-182, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n2/3234.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Entre “bichas” e “bofes”: sociabilidade e construção de identidades coletivas entre as “turmas de homossexuais” do Rio de Janeiro. *Revista Fato & Versões*, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 26-52, 2012.

VIEIRA, Helena. *Transexuais, bruxas e Xica Manicongo*. Disponível em: <<https://bit.ly/2DtJpNA>>. Acesso em 17 jan. 2018.

ZAMBONI, Jésio. *Educação bicha: uma a(na[!])rqueologia da diversidade sexual*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

